NA WEB
PREOCUPAÇÃO COM O FUTURO
Sob 'riscos de colapso'
Em carta, ex-ministros da Ciência, Tecnologia e Inovação criticam ações da pasta: oglobo.com.br/sociedade

DADOS DO INPE

# ESCALADA DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA

## Destruição da floresta aumenta 60% em junho, na comparação com 2018

ANA LUCIA AZEVEDO E JOHANNS ELLER*
sociedade@oglobo.com.br

O desmatamento na Amazônia aumentou, em junho, quase 60% em relação ao mesmo mês em 2018. Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a floresta perdeu, no mês passado, 762,3 km² de mata nativa, o equivalente a duas vezes a área de Belo Horizonte.

No mesmo período, em junho de 2018, o desmatamento havia sido de 488,4 km². No acumulado de 2019, o Brasil viu uma redução de aproximadamente 1,5 vez o território da cidade de São Paulo: 2.273,6 km². Este é o pior registro desde 2016.

Na comparação mês a mês com relação a 2018, os dados estavam estáveis até abril. De abril a maio, o desmatamento deu um salto, de 247,2 km² a 735,8 km² de floresta destruída.

Considerados válidos e comprovados pela comunidade científica nacional e internacional (por poderem ser aferidos de forma independente), os dados do Inpe já foram postos em dúvida em uma ocasião pelo ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles.

O Inpe usa dois sistemas para monitorar o desmatamento. O instituto tem o Prodes, com maior resolução e anual, que oferece um cenário preciso. E o Deter, mensal, que só detecta áreas maiores e não ocultas por nuvens comuns na Amazônia, mas que é considerado uma ferramenta importante para a fiscalização. Os dados divulgados agora são do Deter.

O Inpe usa em suas análises satélites internacionais qualificados, como, por exemplo, os do sistema Landsat. O ministro propôs análises por uma empresa privada, mas não informou qual nem que sistema de satélites usaria.

Os números levam em conta desmatamentos com solo exposto, com vegetação remanescente e derrubadas resultantes de atividades ligadas à mineração, metodologia adotada e analisada pelo Observatório do Clima.

Na série histórica da plataforma Terra Brasilis, disponibilizada pelo Inpe e iniciada em 2015, os números deste ano até agora só são superados pelos de 2016, que registrou, até junho daquele ano, 3.183 km² de áreas desmatadas, no consolidado do ano. Naquela ocasião, os índices foram os piores desde 2008.

O cenário coloca em risco as metas do Brasil para o Acordo de Paris, assinado em 2015. No documento, o país se compromete a zerar o desmatamento ilegal na Amazônia até 2030.

Procurado pelo GLOBO, o Ministério do Meio Ambiente não respondeu aos questionamentos até a conclusão desta edição.

Para Carlos Rittl, secretário-executivo do Observatório do Clima, o quadro mostra que o discurso oficial de "combater a indústria de multas" e contrário à destruição legal de equipamentos de desmatadores acabam por favorecer o desflorestamento.

— Se você diz que vai tirar o governo das costas de quem quer produzir, estamos, na verdade, tirando o governo das costas de quem está cometendo crimes ambientais — avalia Rittl.

> *"O sistema mensal do Inpe visa a alertar os órgãos ambientais para que vão a campo para acabar com o desmatamento. Ele não detecta o desmatamento em sua totalidade. Esses números mostram uma tendência muito forte, mas não permitem dizer que foi só isso que foi desmatado"*
>
> **Carlos Rittl,**
> secretário-executivo do Observatório do Clima

### 'EQUIPES EM CAMPO'

Sobre as críticas de Salles ao monitoramento do Inpe, o ambientalista é taxativo:

— O sistema mensal do Inpe visa a alertar os órgãos ambientais para que vão a campo para acabar com o desmatamento. Ele não detecta o desmatamento em sua totalidade. Esses números mostram uma tendência muito forte, mas não permitem dizer que foi só isso que foi desmatado — explica o secretário-executivo.

O pesquisador do Instituto Socioambiental Antonio Oviedo pontua que a "retomada do desmatamento" teve início no governo de Michel Temer, com a publicação de medidas legais, como a chamada lei da grilagem. No atual governo, segundo o pesquisador, há uma "narrativa" que, entre outras coisas, "desautoriza operações em andamento contra madeira ilegal".

— São sinais que, no campo, se refletem em aumento do desmatamento. Agora temos um setor muito interessado na pilhagem da Amazônia, na conversão da floresta em lavoura e pecuária — afirma Oviedo. Ele explica ainda que essas taxas de desatamento devem aumentar nos próximos meses, pois começará o período seco da Amazônia, em que a atividade de exploração madeireira também se intensifica.

O acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia (UE), assinado na última sexta-feira, tem condicionantes ambientais. Porém, o Fundo Amazônia, iniciativa financiada pelos governos da Alemanha e da Noruega voltada para a proteção do bioma, está paralisado.

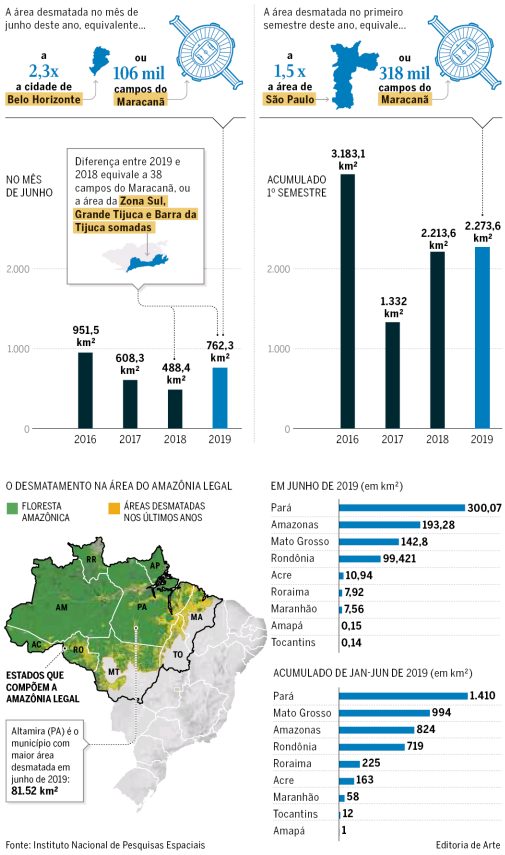
O comitê organizador do fundo não foi renovado no decreto presidencial da última sexta-feira, enquanto o governo negocia um novo formato com os dois países europeus. Boa parte do financiamento do Ibama, por exemplo, deriva atualmente do fundo.

O endurecimento do discurso de lideranças europeias como o presidente da França, Emmanuel Macron, não impedirá que o desmatamento ilegal avance, teme Rittl. Para ele, o bloco europeu "assinou um cheque em branco" em relação ao aumento da violência contra povos indígenas e do desmatamento. Ainda na opinião de Rittl, o próprio acordo com a União Europeia pode ficar na berlinda se o desmatamento continuar a aumentar:

— Temos no acordo referências a questões de proteção do meio ambiente, como no Acordo de Paris. Tudo isso é bonito no papel. Como traduzir isso em mecanismos? O que vai assegurar que esse país cumprirá? Se o acordo entrar em pleno vigor em dois ou três anos, corremos o risco de perder muita floresta.

** Estagiário, sob supervisão de Cristina Fibe*

### OS NÚMEROS DO DESMATAMENTO




Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

Editoria de Arte

ANÁLISE

## *Áreas urbanas sentem quando floresta queima*

ANA LUCIA AZEVEDO ala@globo.com

O aumento do desmatamento na Amazônia é uma má notícia para todos os brasileiros, estejam ou não preocupados com o meio ambiente. As árvores tombam no meio da Floresta Amazônica, mas o impacto mexe com o bolso dos habitantes das cidades. A floresta desaparece na Região Norte, mas é no Sul do país que a chuva gerada por ela fará falta, para beber e plantar. E quando a floresta queima, ardem os pulmões de quem vive no Sudeste. Não se trata de opinião, mas de fatos.

Mais distante do cotidiano dos brasileiros urbanos do que a Lua, no século XXI a Amazônia se tornou bem mais do que símbolo ambiental. Ela está nos acordos comerciais, como o recém-assinado entre o Mercosul e a União Europeia, que tem cláusulas restritivas a produtos provenientes de áreas de desmatamento.

A preocupação do consumidor europeu com o combate ao desmatamento e a consequente preservação da Amazônia — pouco importando se seus países destruíram suas próprias matas no passado — faz diferença no momento em que nossas exportações precisam do dinheiro dele para crescer.

Temos os dados do Inpe para monitorar a floresta. Mas não se iludam os desmatadores que avançam sobretudo sobre as terras públicas, patrimônio construído com o dinheiro do contribuinte, que Deter e Prodes são as únicas ferramentas. Satélites miram onde o dinheiro paga. E no mês passado, por exemplo, foi lançado o Global Forest Watch Pro (GFW Pro), um sistema on-line e em tempo real para avaliar o desmatamento das principais commodities: carne, soja, café, borracha, madeira, óleo de palma, cana-de-açúcar.

Mais de 80 empresas internacionais já aderiram, entre elas a trader de grãos Cargill, além de gigantes como Unilever e Procter & Gamble. Querem saber, por exemplo, se a soja usada para fazer sabonete ou papinha de bebê veio de área desmatada.

Por seu tamanho, a Amazônia brasileira é a maior preocupação. Mas também olham para Colômbia e Peru, onde acelera a destruição da mata. Na Colômbia, foi alavancada após o acordo do governo com as Farc, que liberou terras antes sob domínio da guerrilha, diz o climatologista Carlos Nobre, especialista em Amazônia.

De volta ao Brasil, estudos já mostraram a relação direta entre a seca no Sul da Amazônia e a diminuição das chuvas que permitem a existência das florestas do oeste do Paraná, como as das cataratas do Parque Nacional do Iguaçu e as que protegem a Usina de Itaipu. Essas chuvas são trazidas pelos rios voadores, jatos de ar carregados de umidade que se originam sobre a floresta e atravessam o Brasil, a cerca de 3.000 metros de altitude.

A Amazônia está entre nós. Não é escolha. São as regras do planeta. Quando ela encolhe, também perdemos.

pressreader PRINTED AND DISTRIBUTED BY PRESSREADER
Pressreader.com +1 604 278 4604
COPYRIGHT AND PROTECTED BY APPLICABLE LAW